

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUDENE

PAULO BRASIL PAEZ
MARTIN T. POND (*)

1. INTRODUÇÃO

A partir do pós-guerra a economia brasileira caracterizou-se pelo incremento na taxa de crescimento econômico. Na fase mais recente, houve nítida aceleração deste crescimento, elevando-se a taxa anual do Produto Interno Bruto, no período de 1957/61, para 7%, contra 5,7% do período 1947/57, (2) Quadro 1.

Quadro I — Taxas Médias Anuais de Crescimento da Agricultura, da Indústria e do P.I.B., a Preços Constantes

| Períodos | PERCENTAGENS (%) | | | | | |
|-----------|------------------|------------|------------|------------|-----------------------|------------|
| | Agricultura | | Indústria | | Produto Interno Bruto | |
| | Per Capita | | Per Capita | | Per Capita | |
| | Total | Per Capita | Total | Per Capita | Total | Per Capita |
| 1947/1955 | 4,8 | 1,7 | 9,0 | 5,8 | 6,3 | 3,2 |
| 1947/1957 | 4,5 | 1,4 | 8,5 | 5,3 | 5,7 | 2,6 |
| 1947/1961 | 4,6 | 1,5 | 9,6 | 6,4 | 6,1 | 3,0 |
| 1955/1961 | 4,3 | 1,3 | 10,5 | 7,2 | 6,1 | 2,0 |
| 1957/1961 | 4,8 | 1,7 | 12,7 | 9,4 | 7,0 | 3,9 |

FONTE: Cf. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social — 1963-1965 (Síntese).

(*) Respectivamente, Pesquisador Auxiliar do IER da UREMG e Professor da Purdue University, especializado em Ciências Sociais, e atualmente participando do Programa USAID/PURDUE/UREMG, servindo junto ao IER da UREMG. Os autores desejam expressar seus agradecimentos pelas úteis sugestões ao Prof. José P. Ramalho de Castro.

A taxa de crescimento global, no período 1950/61, foi superior à dos países que constituem o Mercado Comum Europeu, revelando-se menor, em termos “per capita”, apenas porque a população brasileira tem crescido mais rapidamente do que a daqueles países. A taxa de crescimento “per capita”, do Produto Interno Bruto, aproxima-se de 4% nos países do MCE, de 3% no Brasil e de 1% nos demais países da América Latina, (2).

Estas observações gerais indicam uma situação promissora para a economia, entretanto, uma análise mais acurada, evidencia distorções de crescimento, não só entre setores, como entre as diversas regiões do país. Assim é que, em razão da rápida industrialização da região Centro-Sul, a disparidade de nível de renda existente entre estas regiões e o Nordeste brasileiro¹, no fim da década de 1950, era maior do que a observada entre o Centro-Sul e os países industrializados da Europa Ocidental, (3).

A região Nordeste do Brasil não acompanhou o rápido crescimento econômico do país e sua participação relativa decresceu ou permaneceu estacionária até o fim da década de 1950. No período de 1949 a 1958, o produto real do Brasil, para o setor industrial, cresceu 113,2%, e o agrícola 41,3%, sendo que no mesmo período, os dados do Nordeste não foram tão expressivos (Quadro 2).

No Brasil, esta situação de desequilíbrio tem sido preocupação de técnicos e autoridades governamentais, que veem seus efeitos de diferentes ângulos, porém, sempre como um entrave ao maior desenvolvimento econômico-social do país².

Esta preocupação do Governo Federal com a região nordestina começou com a “grande seca” de 1877/1879, culminando com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. No entanto, a atenção oficial para as condições do Nordeste caracterizou-se, neste período, principalmente pela insistência na formulação dos problemas regionais em termos de combate às secas.

1) O Nordeste do Brasil, aqui considerado, compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

2) Apesar do desenvolvimento econômico possuir implicações mais amplas do que o crescimento econômico, há autores que o consideram como sendo o aumento da renda «per capita» (6). Assim, estes dois termos são, às vezes, tratados indistintamente. Neste trabalho, o interesse prende-se ao crescimento econômico.

QUADRO 2 — Índices do Produto Real do Nordeste Brasileiro e do Brasil. 1949/1958 — Base 1949 = 100

| Anos | Nordeste Brasileiro | | Brasil | |
|------------|---------------------|-----------|-------------|-----------|
| | Agricultura | Indústria | Agricultura | Indústria |
| 1949 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| 1950 | 107,5 | 109,9 | 101,5 | 111,4 |
| 1951 | 89,2 | 113,2 | 102,2 | 118,5 |
| 1952 | 98,9 | 107,7 | 111,5 | 124,4 |
| 1953 | 101,1 | 117,6 | 111,7 | 135,2 |
| 1954 | 117,2 | 124,2 | 120,5 | 146,7 |
| 1955 | 121,5 | 142,9 | 129,8 | 162,3 |
| 1956 | 125,8 | 153,8 | 126,7 | 173,5 |
| 1957 | 133,3 | 186,8 | 138,5 | 183,2 |
| 1958 | 107,5 | | 141,3 | 213,2 |

FONTE: — Fundação Getúlio Vargas e SUDENE

As responsabilidades da SUDENE, instituídas por lei deram ao novo órgão dimensões jamais delegadas a qualquer outra agência federal no Nordeste. A Lei 3.692, instituiu que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, teria por finalidades, (5):

a) — estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;

b) — supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento;

c) — executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos, nos termos da legislação em vigor; e

d) — coordenar programas de assistência, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

Com o estabelecimento da SUDENE, os métodos de ação governamental para a região, foram totalmente reformulados. A nova orientação dada à política oficial, revestiu-se das seguintes características, (4):

a) — Planejamento Centralizado dos Investimentos.

A Lei 3.692 atribuiu à SUDENE, a responsabilidade de atuar como órgão centralizador do planejamento dos investimentos federais e a formulação de diretrizes para uma política de desenvolvimento regional.

b) — Adaptação da Estrutura Administrativa.

A SUDENE caberia a responsabilidade de propor reformas administrativas, como sejam: a. criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos para consecução dos seus objetivos.

c) — Coordenação dos Incentivos à Iniciativa Privada.

Apesar de se ter reconhecido que para a formação de capital no Nordeste, a maior parcela se devia ao setor público, reconheceu-se, também, que os estímulos à iniciativa privada constituem parte essencial para uma política de desenvolvimento regional, e à SUDENE caberia administrar a orientação e coordenação destes incentivos, que se desdobram em três campos:

a) — fiscal: isenção de impostos e taxas;

b) — financeiro: concessão de empréstimos a baixas taxas de juros; e

c) — cambial: aportes gratuitos pela redução no preço das divisas destinadas à aquisição de equipamentos ou partes complementares importadas.

Órgão com tão amplos poderes e responsabilidades tornou-se apto para exercer decisivo influência na maneira de se enfrentar um problema que desafia administrações governamentais há várias décadas.

Coube à SUDENE a tarefa de incrementar o ritmo de crescimento da economia nordestina, conforme as responsabilidades e diretrizes que lhe foram atribuídas e baseando-se em novos métodos de ação. Surgiu, deste modo, a questão de se saber a validade desta nova política de desenvolvimento, totalmente diversa do que se vinha fazendo até então em prol do Nordeste.

Tenta-se verificar neste trabalho a efetividade da ação integrada no setor público, quando baseada no planejamento dos investimentos e incentivos à iniciativa privada.

2. MODELO CONCEPTUAL

O crescimento econômico é definido como o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), a preços constantes. O conceito de PNB de uma economia é entendido como sendo o valor monetário da produção anual de mercadorias finais. Na produção das mercadorias finais participam o setor privado e o setor público.

O setor privado, de modo geral, executa as atividades diretamente produtivas (ADP), em razão do menor custo e do mais rápido retorno dos investimentos.

O setor público, geralmente é o responsável pela implantação do capital fixo social (CFS), em virtude do elevado custo de instalação do mesmo e longo período para retôrno dos investimentos. Entende-se por CFS, os serviços básicos que permitem o funcionamento das atividades diretamente produtivas. Dêste modo, inclui os serviços públicos tais como: educação, saúde pública, transportes, comunicações e suprimento de energia.

Tem-se, pois, que os investimentos em CFS, não constituem custos para as ADP, mas a maior ou menor disponibilidade de CFS, afeta o custo de produção destas atividades. A razão desta influência, deve-se a que a disponibilidade de CFS, é uma condição básica, para o desempenho das ADP.

Estas relações podem ser mostradas por intermédio de uma função.

Sendo:

Y = produção das ADP;

A_1, A_2, \dots, A_n = fatores de produção, empregados pelas empresas responsáveis pelas ADP;

B_1, B_2, \dots, B_n = fatores de produção, relacionados aos CFS tem-se,

$Y = f (A_1, A_2, \dots, A_n, B_1, B_2, \dots, B_n)$

A produção (Y) das ADP, pode ser aumentada com o aumento no uso dos fatores de produção A_1, A_2, \dots, A_n e portanto, com a elevação do custo total das empresas, quando os preços dêstes fatores permanecem constantes. A produção pode ser também aumentada pelo aumento da disponibilidade de CFS.

Grâficamente, as relações entre as ADP e CFS, do ponto de vista das empresas da economia, são indicadas na Figura 1.

Êste modelo pode ser compreendido do seguinte modo: cada uma das curvas, a, b, c e d , indica um nível de produção e seus diversos custos em relação à disponibilidade de CFS.

Com a inclinação das curvas, tem-se que para um mesmo nível de produção, onde CFS é mais abundante, o custo total das ADP é mais baixo. Na extremidade esquerda, de cada curva, onde a disponibilidade de CFS é menor, ocorre o inverso, ou seja, o custo total das ADP é maior. A forma destas curvas é até certo ponto arbitrária, mas mesmo assim

satisfaz a este estudo, pois o interesse prende-se a um ponto em cada curva que indique mudança no nível de produção.

Para este modelo pressupõe-se que o nível do custo total das empresas esteja em equilíbrio no ponto A, e que um aumento na disponibilidade de CFS, pela passagem do ponto B para B₁, irá provocar um aumento na produção, mostrado pelo ponto A₁. Assim, para um mesmo nível de custo (P), das ADP, corresponderá um nível de produção mais elevado, A₁.³

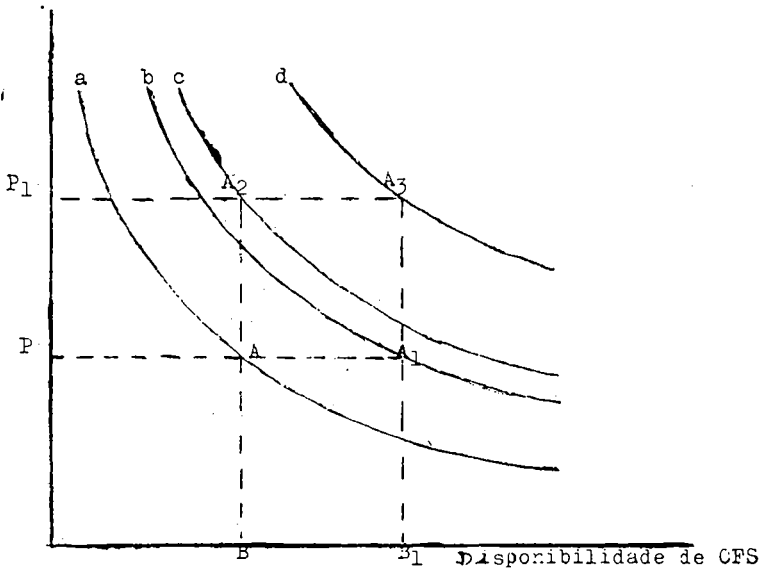


FIGURA 1 — Curvas de Isoproducto, Relacionadas à Disponibilidade de Capital Fixo Social e Custo Total das Atividades Diretamente Produtivas.

Este aumento de produção deve ocorrer em razão dos estímulos proporcionados pelas maiores facilidades oferecidas pelo capital fixo social. Assim, uma empresa com um mesmo montante de custo, poderá obter produções maiores, além da possibilidade de novas empresas serem atraídas pela maior disponibilidade de CFS.

Neste modelo, pressupondo-se ainda, que o custo total das empresas, esteja em equilíbrio no ponto A, o aumento no uso dos fatores de produção, A₁, A₂, ..., A_n, ocasionará au-

3) Este ponto representa um nível mais elevado de produção, porém não é necessariamente um ponto de equilíbrio.

mento neste custo, havendo um incremento da produção, conforme mostrado pelo ponto A_2 . Dêste modo, para a mesma disponibilidade de CFS (B), corresponderá um nível de produção mais elevada A_2 , em consequência da elevação do custo total de produção de P para P_1 .

Os empresários aumentam seus custos, pelo aumento no uso dos fatores de produção, baseados nas perspectivas da eficiência marginal do investimento. Se o Governo paga uma parte do custo adicional das emprêsas, maiores são as possibilidades de novos investimentos e portanto de maior produção.

Considerando-se agora o efeito dos aumentos, de CFS e do custo total, a produção será duplamente influenciada atingindo um nível ainda mais elevado, conforme mostra o ponto A_3 . Este novo nível é mais elevado do que os níveis alcançados isoladamente, pela maior disponibilidade de CFS ou apenas pelo aumento do custo total de produção das ADP.

Visto que o crescimento de uma economia é medido pelo aumento do PNB, o acréscimo de produção contribui para o crescimento econômico, sendo mostrado por pontos localizadas nas linhas de isoproducto mais elevadas.

O ponto A representa um nível de produção num determinado período e existem pontos para períodos anteriores e posteriores. Estes pontos formam tendências que dependem das variáveis a eles relacionadas. Assim, a mudança na tendência dos pontos indicadores da produção posteriores ao ponto A indicam a influência das variáveis ligadas a estes pontos.

Este modelo considera um possibilidade de maior crescimento econômico, pelo aumento da disponibilidade de CFS e/ou elevação do custo total das emprêsas em razão do maior uso dos fatores de produção.

Na política de desenvolvimento, coordenada pela ... SUDENE, viscu-se a dinamização da economia, por intermédio desta ação dupla.

Em síntese, a nova orientação coordenada pela SUDENE, está assentada em dois pontos básicos:

- planejamento dos investimentos públicos; e
- coordenação dos incentivos à iniciativa privada.

Dêste modo, atua-se tanto no setor público, como no setor privado.

No planejamento dos investimentos públicos a SUDENE atribuiu alta prioridade ao aumento da disponibilidade de capital fixo social, para o desenvolvimento regional, como

condição básica a outros tipos de investimentos e redução do custo das atividades diretamente produtivas, para um mesmo nível de produção.

Quanto à coordenação dos incentivos à iniciativa privada, a ação se desdobra em três campos:

- a) fiscal;
- b) financeiro;
- c) cambial.

Com êstes incentivos pode-se influenciar diretamente o custo de produção das atividades produtivas. Assim, os empresários que forem beneficiados com os incentivos não pagam totalmente o custo adicional, em razão da cobertura, pelo Governo, de uma parcela dêste montante, através dos próprios incentivos.

Agindo desta forma, ou seja, pelo aumento da disponibilidade de CFS e incentivos ao setor privado, a produção das atividades diretamente produtivas, será incrementada, elevando-se portanto, a taxa de crescimento econômico regional.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. *Os Dados*

Ao se propor para o Nordeste, um plano de ação, visou-se primordialmente ao crescimento da economia regional. Como o crescimento de uma economia é medido pelo PNB, bastariam os dados da região, referentes a êste item, a fim de verificar-se a influência do planejamento, baseado no aumento da disponibilidade de CFS e incentivos ao setor privado.

Em consequência da ausência de dados referentes à contribuição do Nordeste para a formação do PNB relativo aos anos mais recentes, e curto espaço de tempo decorrido do início das atividades da política de desenvolvimento regional, outros dados foram usados como indicadores da influência do planejamento, para o crescimento econômico.

Os dados para êste estudo podem ser classificados em "outputs" e "inputs".

Os dados da agricultura, indústria e giro comercial, são os "outputs", a emissão de capital por sociedades anônimas e recursos humanos, os "inputs".

A razão de considerar os "inputs", não é tão óbvia como os "outputs", uma vez que aquêles não são componentes do PNB.

A inclusão dos “inputs” justifica-se pela indicação da disponibilidade destes fatores de produção, para o processo produtivo. Dêste modo, a maior quantidade, ou melhor qualidade destes “inputs” estarão associadas a maiores produções, e portanto, a um maior PNB, que é o indicador do crescimento econômico.

Os dados da agricultura, foram considerados por ser a produção agrícola anual representada por um ponto nas curvas indicadoras dos níveis de produção, segundo o modelo conceptual proposto. Assim, a variação de produção, e portanto da curva representada no modelo, indica o sentido de variação do PNB, ocasionado pelos produtos considerados.

Para análise dêste setor os produtos agrícolas foram divididos em dois grupos, a saber:

- produtos alimentares
- matérias-primas

Adotou-se os seguintes critérios para escolha dos produtos agrícolas:

- que fôssem cultivados em todos os Estados do Nordeste;
- que fôssem os principais componentes da renda bruta da agricultura, nos diversos Estados;
- que fôssem os principais componentes da área cultivada, nos diversos Estados.

Baseado nestes critérios, foram considerados para produtos alimentares, o milho, mandioca e feijão e para matérias-primas, o algodão e a cana-de-açúcar.

No setor industrial, do mesmo modo que no setor agrícola, a produção anual é representada por um ponto nas curvas indicadoras dos níveis de produção, e a variação dos valores no setor industrial, indica a variação do PNB, ocasionada pelas indústrias a serem consideradas.

Neste setor foi considerado o valor da transformação industrial, com os preços corrigidos. Estes valores, são a representação monetária dos níveis de produção, representados pelas curvas do modelo.

Como o PNB é tomado pelo valor monetário da produção, êle está associado ao valor da transformação industrial.

As indústrias consideradas foram a de têxteis e de produtos alimentares. A razão de se considerar apenas estas duas indústrias prende-se ao fato de o curto espaço de tempo decorrido do início da política de industrialização, a fim de que seus efeitos pudessem ser constatados em todo o setor. Estas indústrias são ainda as mais importantes dentre 19

cutras da região nordestina, conforme os itens do quadro 3; além de terem sido as mais beneficiadas com aprovação de projetos industriais até o início de 1967. Apesar da aprovação dos projetos não significar execução dos mesmos, já indica de qualquer modo a ênfase dada aos diversos ramos industriais.

O giro comercial foi considerado por indicar o fluxo de mercadorias comercializadas. Associando-se êste fluxo à produção, pode-se inferir, que a um maior fluxo corresponde maior produção e portanto maior PNB. Uma segunda abordagem a respeito do giro comercial, é que êle pode não indicar maiores quantidades de mercadorias, e sim, a maior circulação com o mesmo volume produzido.

QUADRO 3 -- Estrutura da Indústria Nordestina de Têxteis e Produtos Alimentares. Em Percentagens — 1958

| Indústrias | N.º de estabelecimentos % | Volume de em prêgo % | Total de salários pagos % | Valor da produção % | Valor adicionado % |
|----------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Têxteis | 14,9 | 36,9 | 33,1 | 27,6 | 24,9 |
| Produtos Alimentares | 21,2 | 24,8 | 25,2 | 33,2 | 29,3 |

FONTES: III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1966-1968.

CBS. : As informações referem-se a estabelecimentos com cinco ou mais pessoas.

Dêste modo, o giro comercial pode influenciar a produção, e o PNB, através de maior consumo, gerado por maiores vendas, que por sua vez, são originadas da maior circulação dos bens.

A emissão de capital por sociedades anônimas não representa um indicador do crescimento da economia. A inclusão dêste item, deve-se a que, as maiores emissões correspondem maiores investimentos e maiores produções, segundo a relação, produto-capital marginal. Portanto, as emissões como um "input", contribuem para o crescimento da economia, como um meio de que dispõem os empresários no processo produtivo.

Foram consideradas as emissões de capital por sociedades anônimas com integralização em dinheiro, ou outro procedimento, excluindo portanto, a reavaliação de ativo, por não representar aumento real de capital.

Conforme foi salientado, os incentivos concedidos reduzem o montante do custo para produções adicionais, contudo, uma parte destes custos, é paga pelas próprias empresas. As emissões fornecem assim um meio de se cobrir este aumento no custo total das empresas.

A consideração dos recursos humanos, deve-se a que, a melhor qualificação da força de trabalho ocasiona maior produtividade da mão-de-obra (taxa de produção por homem-hora de "input"). Esta maior produtividade ocasiona por sua vez, maior produção e, portanto, um maior PNB.

A formação do fator de produção, mão-de-obra, geralmente não representa um custo direto para o setor das empresas privadas, e sim para o setor governamental.

3.2. Procedimento

Para verificar a efetividade da ação planejada da ... SUDENE, no Nordeste, foi adotado o seguinte procedimento: Inicialmente foram coligados os dados referentes aos itens mencionados que serviram como os indicadores no estudo.

Com estes dados em números índices foram calculadas duas equações de regressão linear, uma para o Nordeste (1 N) e a outra para o Resto do País (1 P), (Figura 2). O período abrangido no cálculo destas equações foi até o ano de 1959, inclusive, sendo que os dados de origem variaram de 1945 a 1952.

Em seguida foi calculada a equação de regressão, para o Resto do País (2P) sendo usados os dados anteriores e posteriores, ao ano de 1959.

Com o conhecimento do valor "b", desta equação, 2P ou b_{2P} , e dos outros dois valores, "b" (b_{1P} e b_{1N}) anteriormente calculados, estimou-se a tendência esperada (Z) para o Nordeste, considerando-se os períodos anterior e posterior a 1959. O cálculo da tendência esperada, para o Nordeste, é, pois, baseado na relação proporcional entre os valores de b_{1N} e b_{1P} .

A tendência esperada Z, pode ser obtida como segue:

$$Z = b_{2P} \left(\frac{b_{1N}}{b_{1P}} \right)$$

Após o cálculo de Z, ou seja, da tendência esperada,

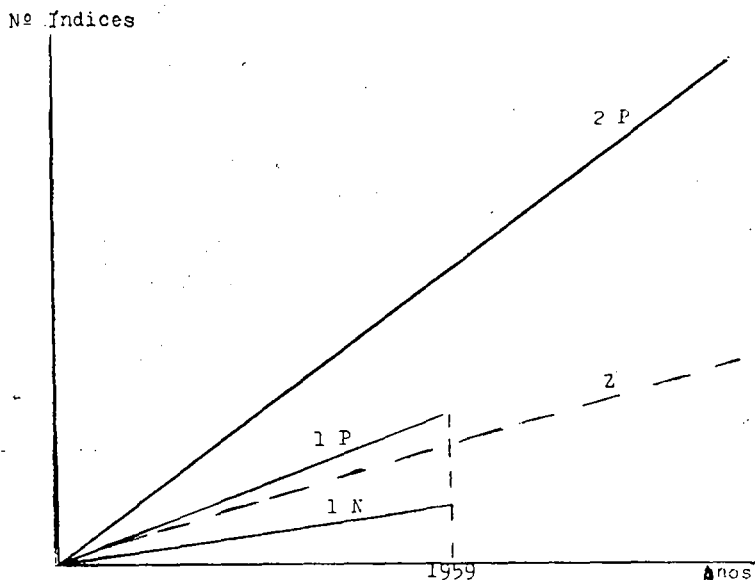


FIGURA 2 — Esquema das Tendências para o Nordeste e Resto do País.

foi calculada a tendência observada, baseada nos dados obtidos.

Finalmente, pela comparação, entre a tendência esperada e a tendência observada, pôde-se avaliar se a ação da SUDENE, baseada no planejamento dos investimentos e incentivos à iniciativa privada, foi ou não, suficiente para promover o incremento do crescimento econômico do Nordeste.

3.2.1. *Critério para Avaliação* — Se a tendência esperada fôsse maior do que a observada, proporcionalmente o crescimento do Resto do País foi maior do que o do Nordeste, e a ação da SUDENE não foi considerada efetiva. Se a tendência esperada fôsse igual à observada, proporcionalmente o crescimento das duas regiões foi o mesmo no segundo período, e a ação da SUDENE foi considerada como indiferente. Se a tendência esperada fôsse menor do que a observada, proporcionalmente o crescimento do Nordeste foi maior do que o do Resto do País, e a ação da SUDENE foi considerada efetiva. Então, neste estudo, a pressuposição central é que a relação proporcional, entre as tendências, no período anterior a 1959 permanecerá a mesma, no período posterior.

A razão de se considerar a mesma origem dos dados, para cálculo das duas equações, deve-se ao fato de que há séries de observações, com reduzido número de valores, após o ano de 1959, que tomou-se como guia, para cômputo das tendências, pois foi após este ano que tiveram início os trabalhos da SUDENE.

4. RESULTADOS

Os resultados encontrados para as tendências no Nordeste e que indicam a situação desta região em relação ao Resto do País, são mostrados no Quadro 4.

QUADRO 4 — Valores Esperados, Observados e Diferenças, Entre os Coeficientes de Regressão para o Nordeste.

| | Classificação | Valor Esperado | Valor Observado | Diferença |
|---------|--------------------------|----------------|-----------------|-----------|
| Outputs | Produtos alimentares | 3,1 | 3,4 | + 0,3 |
| | Matérias-primas | 6,4 | 6,1 | - 0,3 |
| | Indústria | 1,1 | 2,4 | + 1,3 |
| | Giro Comercial | 2,2 | 3,4 | + 1,2 |
| Inputs | Emissão de Capital | 0,03 | 24,3 | + 24,27 |
| | Matr. Ensino Primário | 9,8 | 10,2 | + 0,4 |
| | Corpo Docente Ens. Prim. | 16,8 | 15,5 | - 1,3 |
| | Matr. Ens. Agr. Médio | 14,7 | 10,5 | - 4,2 |
| | Matr. Ens. Indust. Médio | 0,5 | 20,4 | + 19,9 |

5. DISCUSSÕES

5.1. *Comparações entre os Períodos Anterior e Posterior ao Início das Atividades da SUDENE*

A comparação entre as tendências observadas e as tendências esperadas revelam que há setores onde as mudanças foram mais favoráveis ao Nordeste.

Apesar do curto período de ação da SUDENE há evidências da efetividade do planejamento, como instrumento para o crescimento econômico. A constatação desta efetividade medida pelas comparações entre os períodos anterior e posterior, ao início das atividades da SUDENE evidencia a

validade dos investimentos em CFS e incentivos às atividades diretamente produtivas.

Há uma seqüência de fatos que culminam com a dinamização geral da economia, verificada pela mudança favorável ao Nordeste da tendência no giro comercial. Esta seqüência pode ser compreendida do seguinte modo:

A SUDENE tem orientado uma série de investimentos de grande porte na região nordestina, principalmente nos setores de infra-estrutura, industrialização e recursos humanos.

Estes investimentos e os incentivos concedidos ao setor privado condicionaram a melhora da infra-estrutura e a influência de empresários dispostos a investir.

A política de industrialização, por sua vez, ocasionou a elevação acentuada na tendência da emissão de capital e do valor da transformação industrial, das indústrias têxtil e de produtos alimentares, que foram justamente as mais beneficiadas quanto ao número de projetos aprovados.

O setor agrícola teve mudanças nas tendências da produção de alimentos mais favoráveis do que as Resto do País, isto é, o valor "b" observado foi maior do que o esperado. Quanto às matérias-primas, o não crescimento proporcional ao Resto do País, deixou de carrear para a região grande soma de divisas⁴ em razão da grande importância destes produtos no valor da produção agrícola nordestina.

Fazendo-se uma análise mais geral e considerando todos os itens que foram usados para a comparação entre os períodos, nota-se a existência de relações, no crescimento dos "inputs" com os "outputs" correspondentes.

Os "inputs" considerados foram: emissão de capital, matrículas e corpo docente para o ensino primário, matrículas para o ensino médio agrícola e médio industrial. Os "outputs" foram representados pelo valor da transformação industrial, produção agrícola de alimentos e matérias-primas e giro comercial.

Considerando-se as mudanças nas tendências dos "outputs", os acréscimos mais favoráveis ao Nordeste foram os observados no valor da transformação industrial, produção de alimentos e giro comercial. Quanto aos "inputs", incrementos na tendência mais favoráveis ao Nordeste foram

4) Dentre os produtos agrícolas exportados por cabotagem pelo NE, o algodão em pluma tem-se destacado, no último decênio, com média anual de 70% do valor total (1).

constatados na emissão de capital, matrículas para o ensino industrial e ensino primário. Estas considerações mostram relações entre maior crescimento dos “inputs” para a indústria, com os “outputs” do mesmo setor.

Na agricultura, o número de matrículas para o ensino agrícola médio, que foi o “input” considerado, indicou uma situação desfavorável para o Nordeste, ou seja, o valor “b” observado foi menor do que o esperado. Comparando-se apenas no Nordeste, êste tipo de ensino, com o ensino industrial, a tendência dada pelo valor “b” ainda revela condições favoráveis para o ensino agrícola. As mudanças nos “outputs” do setor agrícola, foram mais favoráveis ao Nordeste, quanto à produção de alimentos. Na produção de matérias-primas a melhor situação coube ao Resto do País. As relações entre “inputs” e “outputs” da agricultura nordestina não se evidenciam tanto quanto no setor industrial. Isto não significa que o menor acréscimo na tendência das matrículas no ensino médio agrícola, seja a causa do menor êxito neste setor. O menor acréscimo na tendência destas matrículas, revela, entretanto, que maior atenção está sendo dada ao setor industrial.

Finalmente, deve-se salientar, que as matérias-primas produzidas pelo setor agrícola — algodão e cana-de-açúcar — são “outputs” da agricultura, mas “inputs”, para a indústria; e que não há uma correspondência entre êstes “outputs” agrícolas e os industriais. Isto é, as indústrias consideradas foram as de produtos alimentares e as têxteis, onde as mudanças de tendência foram mais favoráveis ao Nordeste; e as matérias-primas, que são justamente “inputs” para estas indústrias, tiveram mudanças de tendência, mais favoráveis ao Resto do País.

6. CONCLUSÕES

Tomando-se individualmente, os itens considerados, foram as seguintes as implicações em termos de contribuição para o crescimento econômico:⁵

Na agricultura:

— os produtos alimentares considerados, aumentaram mais a contribuição para o crescimento econômico do Nordeste, do que para o crescimento do Resto do País;

— a produção de matérias-primas, aumentou menos a contribuição para o crescimento econômico do Nordeste do que para o crescimento do Resto do País.

No setor industrial, as indústrias consideradas — têxtil e de produtos alimentares — aumentaram mais sua contribuição para o crescimento econômico do Nordeste do que estas mesmas indústrias, para o Resto do País.

Para o giro comercial, a mudança da tendência mais favorável ao Nordeste, após o ano de 1959, indica que nesta região a contribuição do comércio para o crescimento da economia foi mais incrementada do que a do Resto do País.

Para emissão de capital, as atividades diretamente produtivas do Nordeste, tiveram seus recursos financeiros, para promover o crescimento econômico, através do aumento de produção, mais aumentados do que as do Resto do País.

No setor de recursos humanos, considerando-se os investimentos de menor período de maturação — ensino profissional médio — e suas variações de tendência, tem-se as seguintes indicações:

— no ensino médio industrial, em razão do maior aumento na tendência do número de matrículas, o Nordeste deverá ser mais beneficiado do que o Resto do País, pelo aumento da produtividade decorrente desta melhora do fator mão-de-obra;

— no ensino médio agrícola, por ter sido o aumento na tendência do número de matrículas mais favorável ao Resto do País, deverá ocorrer o inverso.

Estas afirmativas são válidas, desde que se considere o ensino, nas duas regiões, como sendo qualitativamente equivalentes.

Evidenciada a validade da ação planejada, como foi conduzida, não se pode inferir, entretanto, ter sido esta a maneira mais adequada de crescimento econômico, isto é, se fôsse adotada outra estratégia pode ser que o incremento no crescimento econômico tivesse sido outro, porém, esta não foi a razão dêste trabalho.

5) As indicações que seguem, conforme delineado no procedimento, referem-se a valores relativos, isto é, os dados foram transformados em números índices.

7. LITERATURA CITADA

1. BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil S.A. **Mercado e Comercialização do Algodão do Nordeste**. Ceará, 1964. 286 p.
2. BRASIL. Presidência da República. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965** (Síntese). 195 p.
3. BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Avaliação de uma Experiência de Planejamento Regional**. Boletim Econômico, n.º 2, Recife, 1966, n.º 2. p. 25-59. *
4. BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. 2.º ed. Recife, 1961-1963, 282 p.
5. BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Legislação Básica**. Recife, 1960. 58 p.
6. PADILHA, Romeu. **Alguns Elementos para uma Introdução à Problemática do Desenvolvimento Sócio-Econômico**. Viçosa, Centro de Ensino e Extensão, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1967. 21 p. (Mimeografado).

Comentador: Rubens Araújo Dias

Antes de mais nada, podemos dizer que a minha experiência é restrita em determinado sentido às atividades desenvolvidas por êsse órgão de desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro, portanto as minhas considerações serão limitadas a certos aspectos do trabalho.

O autor no início apontou as diferenças de comportamento do desenvolvimento econômico, nas diversas regiões do Brasil, salientando a posição desfavorável que vinha enfrentando pelo nordeste brasileiro, e que foi essa insatisfação que gerou a necessidade da atuação de modo que possibilitasse a aceleração do processo de desenvolvimento econômico nessa região.

O objetivo primeiro do trabalho, era demonstrar a efetividade da ação dos programas governamentais que foram desenvolvidos por êsse órgão.

Primeiramente podemos dizer que julgamos os modelos apresentados, inteiramente válidos e apenas eu saliento determinados pontos que me parecem deveriam ter algumas explicações adicionais.

A primeira dúvida com relação aos dados utilizados diz respeito ao "in-put" e "out-put" utilizados.

Eu indagaria aos autores se foram calculadas equações referentes a outros "in-puts" e "out-puts", além dos aqui apresentados.

Porque de um modo geral, ao se analisar a tabela 4, que apresenta uma síntese dos resultados esperados, nota-se uma pequena diferença, que praticamente não apontaria de uma maneira positiva ou negativa, permitindo uma conclusão mais precisa. De modo que a minha primeira dúvida, era se ao utilizarmos outros dados além dos apresentados, como por exemplo, o consumo de energia elétrica (in-put), que estaria diretamente ligado à questão de industrialização, se êsse dado fôr analisado, poderia apresentar um resultado mais conclusivo do que os do "in-puts" apresentados.

Outra parte, a considerar, seria, se foi feito um exame da adequação dos dados dos "out-puts" e "in-puts" analisados sob o ponto de vista, significância desses dados, para se ter uma idéia que efetivamente as diferenças aqui apresentadas representam do ponto de vista da análise estatística econômica.

E isso é importante pela pequena diferença encontrada no grande número dos itens analisados.

Ainda mais fundamental é o que diz respeito à comparação das equações calculadas para o resto do país como básicas em um período maior que as duas equações do resto do país para o nordeste no período anterior à ação da Sudene.

Isso como em parte já foi apresentado pelo Dr. Zeferino, já havia o início de uma ação mais coerente de política econômica nessa região, anterior à SUDENE com a instalação do Banco do Nordeste, que se não me engano foi em torno de 1955.

Outro fato que talvez perturbe uma análise mais precisa, seria a ação mais coordenada de planejamento econômico, que se verificou no Brasil inteiro nêsse último decênio. Na realidade, há pouco tempo, talvez exatamente nessa época, é que começou a se notar uma ação mais exata do governo em matéria de planejamento de atividades econômicas em todo o país. E isso pode ser acelerado de uma maneira mais ou menos intensa, cobrindo região de uma maneira diferente do que poderia perturbar uma análise do tipo como foi aqui apresentado, introduzindo dificuldades adicionais para a comparação dos resultados obtidos.

O outro ponto que verifiquei no 3.º plano diretor apresentado pela Sudene referente ao período 66/68, é que já existem alguns dados embora reestudos que apontam também de uma maneira que se pode admitir uma ação positiva desse órgão de planejamento regional, no que diz respeito a vários itens.

É verdade que como diz o autor, a deficiência de informações atuais nos últimos anos impedem uma apreciação mais adequada. Mas nós aqui temos tirado os dados desse relatório que a renda interna do nordeste sobre a renda interna do Brasil, aumentou em termos percentuais, no triênio 60/62, atingindo 17,1% quando no triênio anterior à ação da Sudene e mesmo de uma ação já do Banco do Nordeste, era de 14,5% no triênio de 53/56.

Do mesmo modo outras percentagens relativas e de

certo modo semelhantes de uma renda total do Nordeste sobre a renda interna do resto do país aumentou nesse triênio de 53/56 de 17,1% para 20,8%, mostrando portanto a ação efetiva desses organismos.

E assim a renda interna *per capita* do Nordeste, sobre a renda interna *per capita* do país aumentando de 43,8 para 54,6%.

De qualquer modo, fazendo uma síntese geral nos cabe congratular com os autores pelo trabalho apresentado, que procura, já estabelecer um novo sentido de precisão a fim de se obter uma avaliação das atividades de órgãos que estão operando em nosso meio econômico e cuja avaliação se torna cada vez mais necessária, para que se possa dar uma plena efetividade para o desenvolvimento desses problemas.

Comentador: Olegário Rodrigues Primo

Após essas considerações, estamos propensos a admitir que o trabalho do Dr. Paez, embora de natureza acadêmica; talvez pudesse incluir algumas informações sobre as prováveis tendências da economia do Nordeste e a economia do Centro Sul. Partindo-se da pressuposição de que o Centro-Sul já possua certa tradição industrial e que seu parque fabril esteja parcialmente habilitado para produzir bens de capital, então êle tenderia a se especializar na produção de máquinas e equipamentos (usando capital de modo intensivo) e venderia êsses bens para o Nordeste. Esta área do país com grande potencial de mão-de-obra (embora ainda não especializada) se especializaria nas indústrias que facilitassem o uso dêsse fator abundante (usar-se-ia mão-de-obra intensivamente).

O uso intensivo da mão-de-obra no Nordeste facilitaria a ampliação do mercado nacional (uma preocupação fundamental do Plano Estratégico do Governo).

Ocorre, entretanto, que os financiamentos concedidos aos empresários nordestinos são contratados segundo uma política de estímulos oficiais e por assim ser, a taxas de juros inferiores às prevalecentes fora da área da SUDENE. Esta política favorece e estimula a implantação de indústrias a partir de uso de máquinas e equipamentos altamente sofisticados, que, pelo menos aparentemente, são de custo baixo e independe de uso maciço de mão-de-obra.

O desenvolvimento dessa região do país à base de uso intensivo de capital e de preços parcialmente políticos parece não se compatibilizar plenamente com a política de criação de um mercado de massa.

A impossibilidade dessa compatibilização, em termos regionais, se suaviza quando a problemática do uso de fatores é enfocada de um ponto de vista global.

Aí então visualizaremos, dentro de suas próprias dimensões, a contribuição do plano de desenvolvimento do nordeste como fator auxiliar da criação do mercado de massas. Esta

visualização globalística, certamente porá em destaque a procura adicional de bens e serviços, de mão-de-obra e outros fatores de origem regional e nacional como decorrência da implantação do plano de desenvolvimento da SUDENE. Dêste ponto de vista aquela aparente incompatibilidade entre o uso intensivo de capital e a criação de um mercado nacional de massa tende a se limitar a nível de relativa aceitabilidade. A existência real dessa incompatibilidade passaria então a depender de uma mais refinada aferição técnica.

Além de dar uma idéia da direção das mudanças provocadas na economia nordestina e no resto do Brasil devido à aplicação em grande escala de recursos através da SUDENE e órgãos correlatos, o Dr. Paez poderia também lembrar, que êsse enorme esforço de programação e implantação de projetos industriais, agroindustriais e outros no Nordeste aumentará substancialmente a procura de técnicos de alto nível médio, de tal modo que a infra-estrutura educacional da região não está capacitada para satisfazer. Daí podermos esperar uma procura dêsses fatores escassos no Centro-Sul. A pressão sobre êsses fatores em ambas as regiões irá necessariamente estimular migrações internas de técnicos (o que é um sintoma de favoráveis trocas de conhecimento) e seus salários, em ambos os casos, tenderão a se elevar. Há uma série de outros aspectos que pensamos poderiam ser abordados, pelo menos de modo tangencial, no trabalho do Dr. Paez.

As limitações de tempo sugerem deixar outras indagações para o futuro.

Esta é, todavia, uma oportunidade de assinalar que o trabalho apresentado pelo Dr. Paez é daqueles de que o Brasil muito necessita para o seu desenvolvimento rápido, permanente e ordenado.

DEBATES

Laudemiro de Almeida

Inicialmente, quero congratular-me com o autor, pelo trabalho sobre o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, vindo de onde ele vem, daquele núcleo de pesquisadores e de estudiosos dos problemas rurais brasileiros, que é a Escola de Agronomia de Viçosa.

Eu não teria elementos para fazer nenhuma apreciação, mas apenas tecer paralelamente algumas observações a respeito do mesmo que ora acabamos de ouvir.

Inicialmente eu queria dizer que a ação do Governo Federal no Nordeste não está mais restrita a planos isolados ou medida de caráter paternalista, quase sempre sob a influência de grupos partidários, ou de interesses políticos, assim acho que o autor poderia ter feito um estudo paralelo da economia regional antes e depois da SUDENE, e aí concentrar as suas pesquisas, sobre produto bruto interno, renda *per capita*, produto bruto da agricultura, renda da agricultura, produtividade da agricultura, pesquisas, capacidade instalada. Hoje na região principalmente no setor industrial; recuperação do mercado açucareiro, recuperação da indústria têxtil, pesquisa realizada no Vale de São Francisco; pesquisa realizada em matéria de produção industrial; e os incentivos fiscais, financeiro, cambial e outros que não poderíamos considerar institucional.

Atualmente depara a SUDENE com um problema que aliás, talvez tenha sido revisto agora no IV plano diretor. Quero referir-me à transformação do tipo de propriedade privada em Sociedade Anônima ou mediante um auxílio ou benefício contido em dispositivos legais do artigo 34 e 18 da SUDENE.

Ocorre porém que essa transformação não está se processando ao nível das necessidades reais da agricultura e seria interessante que os autores do trabalho, tivessem feito qualquer estudo a respeito desse ponto, localizando natural-

mente aí, as idéias mais novas, as providências mais cabíveis no sentido de tornarem-se mais atuantes os benefícios dos artigos 34 e 18.

O que se verifica atualmente, é que a transformação da propriedade, em sociedade de economia mista, principalmente no que se refere ao tipo de propriedade média e pequena, não foi capaz, ou não teve condições ainda, de oferecer os resultados que se esperava, mesmo porque se fizemos um estudo comparativo entre os projetos industriais agrícolas relatados em cada reunião do conselho deliberativo da SUDENE, mensalmente, nós veremos que a percentagem entre projetos industriais e agrícolas é muito reduzida, talvez 10% ou 20% dos projetos industriais.

Essa defasagem entre o setor industrial sob os incentivos e benefícios do artigo 34 e 18 está provocando um problema de colocação ou de desequilíbrio, entre o setor agrícola e industrial.

Mesmo porque nós pensamos que a formação de uma política agrícola efetiva, não depende apenas de impulso técnico que se deve dar à agricultura atualmente.

Tornar essa agricultura rendosa, transformá-la dessa agricultura atual, em agricultura de maior rentabilidade, proporcionando ao agricultor uma renda compatível com as necessidades e os anseios da evolução social de nossos dias, é a grande incógnita, que se apresenta diante da agricultura no Nordeste brasileiro. O problema não é apenas tecnológico, nem econômico, nem social, é tecnológico, econômico e social, mas também humano, porque as grandes massas de agricultores que existem no Nordeste e que estão em um processo de êxodo para a cidade, atraídos por essa miragem de conforto, de opulência e de riqueza, que os grandes centros apresentam, é um problema que o governo através de seus órgãos de planejamento e de assistência terá que resolver a curto prazo, sob pena de voltar àquele período de inquietação pela falta de assistência, pela falta de rentabilidade, pela falta de trabalho, pelo desemprego rural, um fenômeno irreversível, de papel totalmente negativo porque o elemento que imigra é mais capaz, mais forte, é mais moço e mais produtivo.

Com essas observações eu me congratulo com os autores do trabalho e desejaria que fôsem comentados juntamente a política agrícola atualmente vigente na região, porque de-sejo enunciar que o que se nota ao lado dessa política agrícola de incentivo é que os incentivos promovidos pelos meios legais na SUDENE, são descompensados pela política tribu-

tária, pela carga excessiva de impostos que têm de pagar à agricultura num total de 36%, essa mesma carga tributária que pesa ao café de São Paulo, que vai a 55% do chamado confisco cambial, recebendo o agricultor ao nível da agricultura apenas 30% pela renda do seu café. Ocorre o mesmo fenómeno com a magra renda do agricultor do Nordeste, pela ação da política do governo federal com respeito às taxas, impostos de toda ordem que tem que pagar o produto desde sua origem até o centro de consumo.

Seria um outro aspecto bem importante que os autores deveriam ter abordado.

São estes os meus comentários, e congratulo-me com este ilustre representante da Escola de Agricultura de Viçosa, que não canso de admirar como um núcleo de pesquisadores, planejadores e estudiosos da ciência e da técnica.

Clando Yokomiso

O colega Paulo Brasil Paez em sua apresentação sobre avaliação das atividades da SUDENE, procurou fundamentar suas considerações utilizando um esquema de abordagem fundamentado principalmente no crescimento do produto nacional bruto.

Entretanto ao avaliarmos programas desenvolvimentistas, como esse da SUDENE, acreditamos que os problemas e benefícios sociais também merecerão uma avaliação paralela.

Não sabemos se essa pretensa falha na análise seria decorrente da natureza de abordagem, feita pelos autores ou se isso decorreria da própria programação estabelecida pela SUDENE em seus planos diretores.

Essa seria a minha pergunta.

Obrigado.

Paulo Brasil Paez

Pela ordem dos comentários, inicialmente o Dr. José Zeferino da Silva, mencionou várias ocorrências no trabalho, que ele colocou em dúvida.

Realmente este trabalho foi baseado em uma tese apresentada à Escola de pós-graduação da Universidade Rural de Minas Gerais, e nós tivemos que omitir vários comentários e dados que estão incluídos na mesma.

Numa das partes, em que o Dr. Zeferino se referiu, menciona-se que nós demos a entender que ainda hoje a atuação

do governo federal na região está restrita ao combate às secas.

Realmente não é isso que queremos dizer, e o trabalho quase todo tenta demonstrar isso.

Mas o que havia era o combate às secas, sendo chamado de solução hidráulica e atualmente procura-se a solução econômica.

Quanto à criação do Banco do Nordeste em 1952, e se, isso poderia ou não influenciar os dados apresentados, tenho a dizer que a atuação do Banco do Nordeste não pode ser comparada de maneira alguma, com atuação da SUDENE, a qual foi bem mais restrita e com outros objetivos.

A atuação do Banco na sua fase inicial, estava restrita a empréstimos às lavouras, e atualmente o Banco e a SUDENE trabalham juntos num âmbito regional, atingindo todo o nordeste brasileiro.

Quanto às considerações às indústrias textil e alimentares nós tivemos que adotar determinados critérios na escolha das indústrias. Essas indústrias tiveram maior número de projetos aprovados, são as que absorvem a maior parte da mão-de-obra industrial, as industriais que pagam a maior quantidade de salários, são pagos por essas duas, e uma série de outros critérios.

São êsses os comentários que eu teria a fazer com respeito ao Dr. Zeferino da Silva.

Comentários de Rubens Araújo Dias

Novamente o comentador chama atenção para dados que deveriam ser considerados. E como exemplo o Dr. Rubens Araújo Dias citou o caso da energia elétrica.

Nós tivemos que escolher um montante de dados, que pudesse ser trabalhado num período, que seria o tempo de trabalho da tese, e tivemos que escolher entre êsses dados.

Especificamente quanto à energia elétrica, êsse dado creio que seja de grande importância. Ocorre que os dados referentes à energia elétrica permanecem mais ou menos estacionários por um determinado número de casos e com a inclusão de novas unidades geradoras, êles passam então bruscamente para dados mais altos.

Isso cria uma série de dificuldades para uma análise em tão curto tempo, sendo essa uma das razões de nós não termos incluído os dados de energia elétrica.

Outra razão é a tremenda dificuldade para se conseguir dados de energia elétrica, não dados de produção, mas dados

de consumo, que são muitas vezes, apresentados de uma maneira em um ano e no ano seguinte são apresentados de outro modo e nós tivemos uma série de dificuldades para a inclusão desses dados.

Os dados que nós consideramos foram todos dados de censo, nós não consideramos nenhuma amostra, daí a não inclusão de testes estatísticos para estudarmos a significância dos resultados obtidos.

O Dr. Rubens se refere também à atuação do Banco do Nordeste do Brasil a partir do início da década de 1950.

Esse Banco poderia também estar alterando os dados que nós encontramos, isso aliado com o que o Dr. Rubens chama Planejamento de toda a economia brasileira a partir da década de 1960.

Nós julgamos que se toda a economia foi planejada a partir dessa época, então nós temos que pressupor que tanto a economia do Nordeste como a do resto do país sofreram os mesmos impactos, ou seja, se não houvesse a ação da SUDENE e apenas o Planejamento de toda a economia brasileira, nós pressupomos que a economia do Nordeste crescer proporcionalmente à economia do país. Essa é uma suposição que nós temos que fazer, que mesmo havendo planejamento de toda a economia brasileira, em termos proporcionais o crescimento de duas regiões seria o mesmo após o ano de 1959.

Quanto à não inclusão de dados de renda conforme referido no 3.º plano diretor da SUDENE, nós realmente não incluímos esses dados, inicialmente porque esses dados estão até o ano de 62 e 63 e os dados 64 e 65 ainda são estimativas da Fundação Getúlio Vargas.

Comentários de Olegário Primo

Chamo a atenção para as vendas a varejo no estudo que ele realizou, e observou que em 1949/59 a participação do Nordeste foi menor quando comparado com o restante do país que ele tinha dúvida a respeito dos dados do Nordeste a partir de 1960.

O que nós encontramos a respeito do comércio da região nordestina é que o peso comercial naquela região teve uma tendência mais favorável do que ocorreu para o restante do país. Isto está ligado às vendas a varejo e ao estudo que ele realizou.

Mais tarde chamou atenção para a influência que poderia ter o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, destacando os fluxos que existem de mercadorias que são do Nordeste para o restante do país e restante do Nordeste.

Esse estudo é bastante difícil de se fazer através de vias internas de comunicação. A SUDENE tem se preocupado com esse comércio e até hoje não conseguiu elaborar um estudo que possa indicar qual tem sido o comércio por intermédio de vias internas entre o Nordeste e o restante do país.

O Dr. Olegário chamou a atenção também sobre a intensidade do uso da mão-de-obra no Nordeste.

O que ocorre pelo menos nas últimas análises de projetos industriais aprovados é que a mão-de-obra com os novos projetos industriais não tem sido tão aproveitada como deveria ser, ou seja, a indústria que está se implantando no Nordeste não é uma de uso intensivo de mão-de-obra e sim uma indústria de uso intensivo de capital, como acontece com a química.

Comentários de: Laudemiro de Almeida

Teceu vários comentários sobre o artigo 34 e 18, dizendo da defasagem que existe entre o setor industrial e o setor agrícola na região do Nordeste. Ele gostaria que os comentários fossem incluídos no trabalho, portanto, na tese.

Nós não podemos entrar em tantos detalhes por ser um trabalho restrito, mas nós achamos e concordamos com alguns técnicos da SUDENE. Inicialmente a SUDENE deveria ou teria que mostrar resultados de seus trabalhos o quanto antes, devido às pressões que sofreu de toda ordem na fase de sua criação. Então teria que se afirmar e mostrar que realmente era um órgão que poderia impulsionar o desenvolvimento do Nordeste.

Se seguisse pelo campo da agricultura, possivelmente a SUDENE seria considerada hoje como um dos outros órgãos que já existiram no Nordeste e não tiveram qualquer influência na economia regional, porque os investimentos na agricultura só retornam com longo prazo, então teriam que atuar no setor industrial.

Atualmente a SUDENE tem trabalhado no setor agrícola. Os incentivos oriundos do artigo 34 e 18 atuam também na agricultura a partir de 1965 e parece que a afluência de projetos agrícolas têm crescido com o tempo.

Agora quanto a validade desses incentivos, não tenho nada a dizer por achar que os mesmos, como as indústrias, estão atendendo a uma determinada camada, tanto de proprietários agrícolas como de proprietários industriais.

Comentários de Cláudio Yokomizo

Se entendi bem, êle pergunta se não consideramos os planos sociais ou por que a SUDENE não os considerou.

Essa pergunta foi indiretamente feita por um dos outros comentadores, ao expressarem por que não consideramos a política agrícola do Nordeste.

Num trabalho de tese estamos restritos apenas a um material que dê para cobrir em tempo determinado e não podemos nos estender. Nós consideramos aquilo que achamos ser mais importante.

Atualmente com o início da execução do IV plano diretor da SUDENE, os aspectos sociais ou os relativos ao homem têm um papel preponderante dentro da distribuição de recursos orçamentários para serem aplicados nesse Setor.

De momento, o setor de recursos humanos é um dos setores que têm sido vistos como um dos principais na atuação daquele órgão regional.

São os comentários que tenho a fazer a cada um dos que fizeram os seus, e quero agradecer as palavras elogiosas a cada um dos meus comentadores, deixando um agradecimento à diretoria da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais pelo honroso convite e oportunidade dada para êsse trabalho nessa VI reunião.